



POLÍTICAS DE AMAMENTAÇÃO: AS FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS SOBRE O SUJEITO-MÃE

Cristiane Malho Abbade Gouveia Sebastião¹
Olimpia Maluf-Souza²

As políticas de aleitamento, desenvolvidas pelo Ministério da Saúde através das campanhas de aleitamento materno, são anualmente veiculadas na primeira quinzena do mês de agosto. Essas campanhas, implantadas mundialmente, tiveram início no Brasil, no ano de 1999 e acontecem até os dias atuais, com o intuito de apoiar e incentivar o aleitamento materno exclusivo, durante os primeiros seis meses de vida do bebê. O presente trabalho, que se inscreve na teoria da Análise de Discurso (doravante AD), de linha francesa, iniciada por Michel Pêcheux, na França, e difundida por Eni Orlandi, no Brasil, tem o propósito de dar visibilidade às formações imaginárias presentes nos enunciados dos cartazes, explicitando as relações de força entre o sujeito-enunciador (o Estado) e o sujeito para quem o dizer é dirigido (a mãe brasileira).

A partir do conceito lacaniano de imaginário, Pêcheux (1995) define que as formações imaginárias sempre resultam de processos discursivos anteriores. Nessa direção, as formações imaginárias manifestam-se, no processo discursivo, através da antecipação, das relações de força e de sentido. Na antecipação, o emissor projeta uma representação imaginária do receptor e, a partir dela, estabelece suas estratégias discursivas. O lugar de onde fala o sujeito determina as relações de força no discurso, enquanto as relações de sentido pressupõem que não há discurso que não se relacione com outros. O que ocorre é um jogo de imagens: dos sujeitos entre si, dos sujeitos com os lugares que ocupam na formação social e dos discursos já-ditos com os possíveis e imaginados.

As formações imaginárias, enquanto mecanismos de funcionamento discursivo, não dizem respeito a sujeitos físicos ou lugares empíricos, mas às imagens resultantes de suas projeções. Assim, segundo Orlandi (2000), são mecanismos que fazem com que os discursos funcionem nesse jogo de imagens. Desse modo, o que está presente, não são os sujeitos físicos (a mulher que dá a luz) nem os lugares empíricos (a maternidade) que funcionam no discurso, mas as imagens (mãe/instituição hospitalar) que resultam de projeções sustentadas pela história, pelo social e pela ideologia.

A Ideologia, compreendida como elemento determinante do sentido, que está presente no interior do discurso e que, ao mesmo tempo, reflete-se na exterioridade, não é algo exterior ao discurso, mas constitutiva da prática discursiva. Dessa maneira, é entendida como efeito da relação entre o sujeito e a linguagem, não sendo consciente e se colocando presente em toda a manifestação do sujeito, permitindo, assim, sua identificação com a Formação Discursiva (FD) que o domina. Tanto

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT.

² Doutora em Linguística, Professora do Departamento de Letras e da Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT.



a crença do sujeito de que possui o domínio de seu discurso, quanto a ilusão de que o sentido já existe como tal, são, pois, efeitos ideológicos.

A teoria do discurso entende a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Esse processo de mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive. O discurso é objeto teórico da AD (objeto histórico-ideológico), que se produz socialmente através de sua materialidade específica (a língua). Trata-se, portanto, de uma prática social cuja regularidade só pode ser apreendida a partir da análise dos processos de sua produção, não dos seus produtos. É, pois, dispersão de textos, na qual a possibilidade de entender o discurso deriva, enquanto prática, da própria concepção de linguagem com a qual a AD trabalha, que é marcada pelo conceito sócio-histórico.

É importante ressaltar que essa noção de discurso nada tem a ver com a noção de *parole/fala* referida por Saussure. Nessa direção, assumir essa posição teórica implica em tomar a linguagem como não transparente e o sujeito enquanto posição diante do dizer, ou seja, como resultado da sua relação com a linguagem e a história, pois o sujeito do discurso não é totalmente livre, nem totalmente determinado por mecanismos exteriores. O sujeito é constituído a partir da relação com o outro, nunca sendo fonte única do sentido, tampouco elemento onde se origina o discurso. Conforme Leandro Ferreira (2000), o sujeito estabelece uma relação ativa no interior de uma dada Formação Discursiva, sendo determinado por ela e, concomitantemente, afetando-a e determinando-a em sua prática discursiva. Desse modo, a incompletude é uma propriedade do sujeito e a afirmação de sua identidade resulta da constante necessidade de completude.

A Formação Discursiva manifesta-se, no discurso, por meio de uma determinada formação ideológica, em uma situação de enunciação específica. Dessa maneira, a FD é, segundo Courtine (1999), a matriz de sentidos que regula o que o sujeito pode e deve dizer e, também, o que não pode e não deve ser dito, funcionando como lugar de articulação entre a língua e o discurso. A FD é definida, então, a partir de seu interdiscurso, que é compreendido como o conjunto das formações discursivas e que se inscreve no nível da constituição do discurso, na medida em que trabalha com a re-significação do sujeito sobre o já-dito, o repetível, determinando, assim, os deslocamentos promovidos pelo sujeito nas fronteiras de uma dada formação discursiva.

O interdiscurso determina materialmente o efeito de encadeamento e de articulação do dizer, de tal modo que aparece como puro já-dito, podendo estabelecer, entre formações discursivas distintas, tanto relações de conflito quanto de aliança.

Esta noção de FD, de acordo com Foucault (1987), prevê que sempre que se puder definir uma regularidade, entre um dado número de enunciados, se estará diante de uma formação discursiva. Na AD, este conceito é reformulado e aparece associado à noção de formação imaginária, como já foi citado anteriormente.

O propósito desse estudo é, pois, através da análise das políticas de amamentação, dar visibilidade ao imaginário da mãe, instalado pelo processo de aleitamento materno. Dessa maneira,

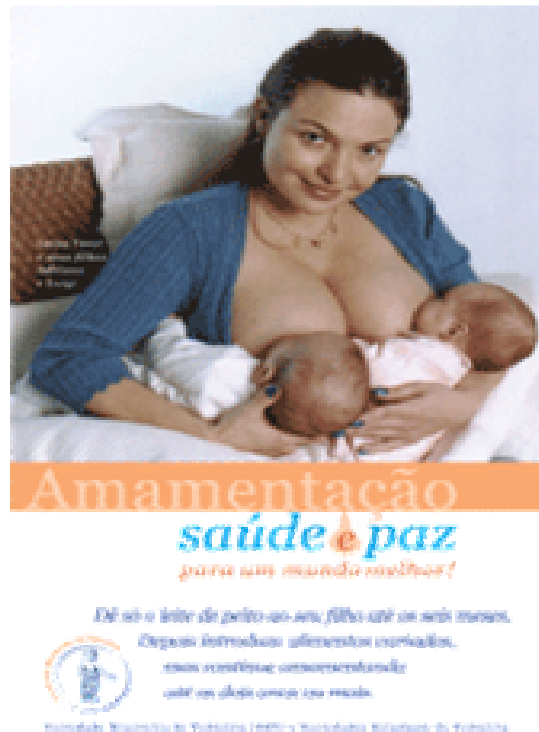


utilizaremos os cartazes, veiculados nas campanhas, enquanto “fórmulas” capazes de sintetizar, através da sua própria estrutura, uma mensagem, seja ela política, publicitária ou de qualquer outra ordem, sempre de cunho ideológico. Os cartazes buscam, enquanto políticas públicas, alguma reivindicação, sendo percebidos de forma anônima, mas capazes de fazer agir uma coletividade pela ideologia que os constituem, uma vez que possuem valores específicos que são determinados pelas condições históricas de produção (REBOUL, 1975). Desse modo, a textualidade desses materiais não tem um sentido único e transparente, e os efeitos de sentido que produzem dependem das condições de produção de quem os formula, ou melhor, dependem dos lugares sociais que autorizam o sujeito a enunciar.

Nos últimos anos, no Brasil, houve o interesse dos pesquisadores em compreender a amamentação, pois a mesma é sabidamente protetora da saúde infantil, e, inclusive, materna, conforme defende Akre (1989). Antes do advento das modernas técnicas de industrialização de leite não humano, geralmente de vaca, a amamentação era, mais do que na atualidade, condição importante para garantir a sobrevivência dos bebês (MONCORVO FILHO, 1917; FREYRE, 1978). Mas, a amamentação não é ato instintivo ou puramente biológico. Caso fosse, praticamente todas as mães amamentariam. O aleitamento natural humano é um ato social, permeado por representações, valores, e, fundamentalmente, ideologias (GIBERTI, 1985; BERQUÓ (et.al. 1988); ARANTES, 1991; NAKANO, 1996; SILVA, 1997; SILVA, 1999; REZENDE, 1998; MOTA, 1990; BADINTER, 1985), ocorrendo de modos diferentes, de acordo com o período histórico e o estrato social considerado. Enquanto ato social, o aleitamento materno pode ser apoiado ou não pela família, por colegas, e mesmo pelos profissionais da área de saúde. Assim, a amamentação passa por períodos de valorização e não valorização na história humana e no âmbito do círculo familiar e dos pares.

A história da amamentação pode ser estudada em diferentes momentos e estratos sociais, no entanto não sabemos como as nutrizes de épocas pretéritas interpretavam e lidavam com a amamentação. Disto só temos evidências indiretas e analogias que podemos fazer em relação à época atual. Só recentemente os profissionais de saúde se dispuseram a ouvir a nutriz, assim, as pesquisas referentes ao seu ponto de vista são recentes no Brasil, tendo início na década de 90 (ARANTES, 1991).

Nesse sentido, a amamentação constitui-se como expressão da sociedade brasileira e uma das principais manifestações culturais, constantemente atualizada e ressignificada pelos seus atores (as mães). Estudar a amamentação implica, então, estudar as mães brasileiras, pois a história de uma se entrelaça com a história das outras. Assim, na perspectiva de que a linguagem funciona olhando para fora de si e de que ela se constitui no lugar que trata a questão da significação, é que realizaremos esta análise:



“AMAMENTAÇÃO SAÚDE E PAZ PARA UM MUNDO MELHOR.”

Orlandi (1987, p. 11) afirma que “[...] quando se lê, considera-se não apenas o que está dito, mas também o que está implícito: aquilo que não está dito, mas que também está significando”. Nessa direção, podemos analisar o sentido da expressão **Saúde e paz**, no enunciado do cartaz “Amamentação, saúde e paz para um mundo melhor”, como uma construção que produz, para a amamentação, sentidos que estão para além de sua função.

Amamentar é indubitavelmente importante para a saúde do bebê e da mãe, mas o escopo da afirmação, que condiciona **um mundo melhor** ao gesto de amamentação, produz uma função para a atividade de amamentação para além daquela que se restringe à saúde, ao amor, etc., para estendê-la a um funcionamento sócio-econômico, financeiro, social, pois o efeito que se produz é o de que o mundo se torna melhor para todos quando uma mulher amamenta o seu filho. Além disso, é preciso tomar em consideração as condições de produção do enunciado: uma atriz (Luiza Thomé), sorridente, segurando os seus filhos gêmeos, funciona de modo a assegurar duplamente ao espectador um mundo melhor, pois amamenta feliz, formosa e sorridente aos gêmeos.

Nessa direção há um duplo sentido no cartaz: (A) Amamentar torna o mundo melhor para a mãe e para o bebê, pois ambos terão um mundo melhor. (B) Amamentar torna o mundo melhor para qualquer pessoa, então, se uma mãe amamenta o seu bebê ela torna o mundo melhor.



Segundo Guimarães (2002, p. 67), “[...] o sentido no acontecimento são os efeitos da presença do interdiscurso”. Ou seja, é o cruzamento de diferentes discursos que produzem sentido para o acontecimento. Assim, podemos dizer que o texto em análise, apresenta dois recortes de interdiscurso. Em (A) o efeito que se produz toma a posição no discurso que defende o processo de amamentação como necessário à saúde, pois se se tem saúde o mundo é melhor. Em (B) há um funcionamento de uma posição moral que toma o processo de amamentação como necessário para tornar o mundo melhor para todos, ou seja, se a mãe amamenta o seu bebê e se amamentar é um gesto de amor, então, conseqüentemente, o sujeito amamentado será mais humano, mais afetivo, mais bem sucedido.

A primeira proposição se liga aos valores físico-biológicos do processo de amamentação e a segunda aos valores morais do aleitamento materno. Esta duplicidade de sentidos mostra que o enunciado tem a ver com a história de sentidos presentes no próprio enunciado, com outros sentidos de outros enunciados, com a relação das coisas sobre as quais se enuncia.

Orlandi (2007, p. 137, 138) advoga que “[...] o modo como as palavras fazem sentido tem a ver com a língua, com o sujeito, com a história. Não há discurso (sentido) sem sujeito e não há sujeito sem ideologia”. Ou seja, a história reclama sentidos e, por isso, sempre lidamos com sua incompletude, uma vez que os sentidos não são fechados na linguagem, podendo ser sempre outros.

Guimarães (2002, p. 67-68) defende que “[...] a enunciação de um texto se relaciona com a enunciação de outros textos efetivamente realizados, alterando-os, repetindo-os, omitindo-os, interpretando-os”. Então, pode-se dizer que é pela intertextualidade e pela interdiscursividade que o sentido apresenta sua historicidade na materialidade da língua.

Referências Bibliográficas

- AKRÉ, J. *Alimentação infantil: bases fisiológicas*. São Paulo: Instituto de Saúde, 1989.
- ARANTES, C. I. S. *O fenômeno amamentação: uma proposta compreensiva*. Ribeirão Preto, 1991. Dissertação (Mestrado) – Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo.
- BADINTER, E. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BERQUÓ, E (et.al) *Avaliação do Plano Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno – 1981-1987: resultados preliminares para a Grande São Paulo*. São Paulo: Cebrap/Finep/MS, 1988.
- COURTINE, Jean-Jacques. *O discurso inatingível: marxismo e linguística*. Cadernos de tradução, UFRGS, Porto Alegre. nº 6, abr-jun, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- FREYRE, G. *Casa-grande e senzala: a formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.
- GIBERTI, E. “Recentes progressos na investigação sobre o relacionamento mãe-pai-filho-profissional durante o processo de aleitamento materno”. In: *1º Congresso Panamericano em Aleitamento Materno*, 1985. Maio 12-15; Porto Alegre, Rio Grande do Sul.



GUIMARÃES, Eduardo. *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. 2.ed. Campinas, SP: Pontes, 2002.

LEANDRO FERREIRA, Maria C. *Da ambiguidade ao equívoco: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

MONCORVO FILHO, A. *A Higiene infantil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917.

MOTA, J. A. C. *Ideologia implícita no discurso da amamentação materna e estudo retrospectivo comparando crescimento e morbidade de lactentes em uso de leite humano e leite de vaca*. Belo Horizonte, 1990. Tese (Doutorado) – Faculdade de Medicina.

NAKANO, A. M. S. *O aleitamento no cotidiano feminino*. Ribeirão Preto, 1996. Tese (Doutorado) Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo.

ORLANDI, Eni P. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp, 2000.

_____. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas: Pontes, 1987.

_____. *As formas do silêncio. No movimento dos sentidos*. Campinas, Editora Unicamp, 2007.

REBOUL, Olivier. *O Slogan*. São Paulo: Cultrix, 1975.

REZENDE, M. A. *Amamentação e trabalho na Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo: um estudo sobre representações sociais*. São Paulo, 1998. Tese (Doutorado) – Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução: Eni P. Orlandi. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

SILVA, I.A. *Amamentar: uma questão de assumir riscos ou garantir benefícios*. São Paulo: Robe; 1997.

_____. *Construindo perspectivas sobre a assistência em amamentação: um processo interacional*. São Paulo, 1999. Tese (Livre-docência) – Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo.